

POLÍTICA E CONHECIMENTOS PARCIAIS: A *INTELLIGENTSIA* ENQUANTO FUNDAMENTO SOCIAL DA SÍNTESE EM KARL MANNHEIM

RICARDO RAMOS SHIOTA¹

Resumo: Desde Platão o saber das humanidades reclama uma relação íntima para com os Príncipes e soberanos deste mundo. No caso de Mannheim, a situação é outra, mas o desfecho normativo parece semelhante ao que já havia dito o filósofo grego. Em face do relativismo, afirmando o condicionamento social das idéias, Karl Mannheim (1969) percebe as implicações políticas de seus pressupostos, levando-nos adiante para pensar a própria política. A multiplicidade de posições, interesses e perspectivas sociais fizeram o autor buscar nos intelectuais a solução para seus impasses teóricos e para a possibilidade de um controle racional da sociedade na forma de conciliação de interesses sociais. Neste artigo, apresentamos a concepção de política de Mannheim aliada aos pressupostos da sua sociologia do conhecimento. Embora, após severas críticas, o autor abandonou sua posição, nas palavras de Michel Lowy (1996), ela seria uma “contribuição original e inovadora”.

Palavras-chave: Política. Sociologia do Conhecimento. *Intelligentsia*

Abstract: Since Plato the Knowledge of humanities argues a close relation with the Princes and sovereigns of this world. In the case of Mannheim the situation is different, but the normative outcome seems similar what already the Greek philosopher had said. In facing the relativism, asserting the social conditioning of ideas, Karl Mannheim (1969) notices the political implications of his purposes, leading us ahead to think politics itself. The multiplicity of positions, interests and social perspectives, the author looks in the intellectuals for the solution for his theoretical impasse, and for the possibilities of rational society control in the form of conciliation of social interests. In the article, we present Mannheim political conceptions allied to his sociology of knowledge. Though, after several criticism, the author abandoned his position, in Michel Lowy's (1996) words, it would be an “original and innovative contribution”.

Key words: Politics. Sociology of Knowledge. *Intelligentsia*.

INTRODUÇÃO

A começar pelas limitações deste artigo, resultado de um seminário apresentado na Graduação para a disciplina sociologia do conhecimento, faltou-nos uma análise geral da obra de Mannheim¹, substituída pelo apoio a intérpretes que já fizeram esse trabalho. Não obstante a necessidade de conhecer profundamente a obra de um autor para referir-se com justeza às suas formulações, buscamos trilhar um pequeno itinerário em um de seus livros. Nele percebemos que os problemas fundamentais de uma obra vão se desdobrando em diversos problemas particulares,

cuja solução requer determinado posicionamento teórico e, ao mesmo tempo, político.

O apoio em intérpretes que não partilham pressupostos e visões de mundo correspondentes também suscita alguns problemas, na medida em que tendem a enaltecer um ou outro aspecto da obra do autor, conforme certas questões formuladas segundo determinadas filiações intelectuais², matrizes de pensamento ou tradições nacionais. Essa dificuldade está presente no texto, mas tentamos driblá-la, na medida das nossas possibilidades ao utilizar os intérpretes para elucidar e resolver nossos problemas tratados, reportando e fazendo uso do próprio autor.

Exploramos fundamentalmente o livro *Ideologia e Utopia*, publicado em 1929 em resposta à *História e Consciência de Classe* de Georg Lukács, embora o autor não seja citado diretamente no texto. Traduzido para o português por Emílio Willems em 1950, tendo tido quatro edições nessa década. De acordo com Villas Bôas (2006), no ano de 1968 uma nova tradução feita por Sérgio Magalhães Santeiro, publicada por outra editora, também teve mais quatro edições, sendo uma delas utilizada aqui. Conforme esta intérprete, as

¹ “Karl Mannheim nasceu em Budapeste, estudou nas universidades de Budapeste, Berlim, Paris e Friburgo. Durante o breve período de vigência do regime húngaro Soviético, em 1919, lhe foi oferecida uma posição por seu amigo e professor Georg Lukács. Após o colapso do governo, Mannheim mudou-se para Alemanha, onde ocupou cargos acadêmicos em Heidelberg e Frankfurt. Como havia sido recentemente naturalizado cidadão, como judeu, ele foi suspenso de seu posto por um dos primeiros decretos Nacional Socialista em 1933. Convidado para a Grã-Bretanha por Harold Laski, ele passou os seguintes dez anos como professor na London School of Economics. No meio da guerra, foi nomeado para docente no ensino de sociologia na Universidade de Londres. Ele morreu em 1947 com a idade de 53 anos”. Fonte: www.leedstrinity.ac.uk/depart/media/staff/lis/Modules/Theory/Mannheim.htm (Acessado em 11/02/2008).

² Sobre filiação e desfiliação do saber, Bernardo Sorj tem algumas páginas interessantes sobre o assunto no seu livro *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*, publicado pela editora Zahar em 2001.

diferentes recepções desse livro por parte das tradições anglo-saxônica, alemã e brasileira são capazes de revelar as particularidades e as precapacitações existentes naquele momento nessas tradições intelectuais, cada qual teria enfatizado um aspecto da obra.

No Brasil, a recepção de Mannheim coincidiu à fundação da disciplina (sociologia) e à construção de uma sociedade moderna. Autores como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos interpretaram Mannheim à luz das necessidades sociais daquele momento, seja pelo uso de técnicas racionais a fim de se construir uma “mudança provocada” e mediada pelos conhecimentos das ciências sociais, seja pela crítica do transplante de um estilo de vida e das teorias estrangeiras³ (VILLAS BÓAS, 2006, p.129).

Conforme atestou Villas Bôas, a interpretação de Mannheim no Brasil tende a enfatizar determinadas questões, mais presentes aqui do que em outros contextos, assim, este trabalho também tende a se inserir num tal horizonte interpretativo, principalmente ao fazer uso das considerações de Florestan Fernandes sobre o sociólogo húngaro em questão.

Mannheim (1969) acreditava na existência de uma única realidade, a qual os indivíduos a conheciam ou representavam-na parcialmente. Toda ideologia ou perspectiva condicionada pela situação histórica seria uma perspectiva da realidade ou verdade, e, quando novos pontos de vista fossem agregados a essa realidade, aumentar-se-ia o entendimento da mesma. O conhecimento seria produto sinfônico de diversas perspectivas possíveis e não apenas uma perspectiva abarcadora do real, podendo orientar a vida política. Por esta, o autor compreende a tomada e manutenção do poder, do controle social de aspectos não racionalizados pela

conduta organizativa ou administrativa, pela burocracia. Submetida ao viés de sua sociologia do conhecimento, a política poderia ser conduzida pelos conhecimentos sociais produzidos, de modo que houvesse uma síntese ou conciliação dos interesses subjacentes em prol de interesses sociais.

Michel Lowy (1996) afirma que a formulação do problema do historicismo por Mannheim prepararia já uma solução eclética, a “síntese de diferentes posições”. Todavia, conforme o intérprete, se antes da década de 30 Mannheim entendia a “síntese dinâmica” abarcando concepções historicistas e marxistas, após duras críticas, ele aproximou seu significado ao “liberalismo capitalista” e ao “conservadorismo autoritário”, em seu exílio na Inglaterra. Em 1932, segundo esse intérprete, Mannheim abandonou a solução da *intelligentsia* enquanto fundamento social da síntese, substituindo-a pelo “autocontrole do cientista social”, receita weberiana da neutralidade axiológica acrescida pelas contribuições da sociologia do conhecimento. Segundo Lowy (1996), essa autocrítica feita por Mannheim seria uma recaída na problemática positivista tradicional.

Sem adentrar nessas questões relacionadas à obra de Mannheim, este trabalho faz uma reflexão de *Ideologia e Utopia* acerca das implicações dos problemas da sociologia do conhecimento para a concepção de política do autor e a solução encontrada na *intelligentsia* para o relativismo. Sumariamente tratamos do significado da política em Mannheim, os determinantes sociais do conhecimento político, a sociologia do conhecimento como autocrítica da sociedade e da política, sua epistemologia relacionista e, por fim, a questão da *intelligentsia*.

POLÍTICA, A ESFERA DO CONTROLE SOCIAL

Na *Ideologia e Utopia*, Mannheim (1968) expõe sua concepção de política fundada em Maquiavel (1973), mas cuja inspiração maior esta referida a Albert Schaff pela diferenciação cunhada entre política e administração, além disso, Mannheim parte da problemática historicista da relatividade histórica dos conhecimentos, de conceitos do materialismo histórico e da sociologia compreensiva de Max Weber. Para o autor em questão (1968), a política possuiria uma natureza própria e representaria um tipo de conhecimento, simultaneamente, teórico e prático – o que parece estar referenciado às contribuições do materialismo histórico, o qual o autor utiliza alguns conceitos, porém, sem fazer uso rigoroso desta perspectiva ou método.

Conforme Fernandes (1970), em Mannheim a política possui conotação de política

³ No Brasil, segundo a autora, [...] “as idéias de Mannheim serviram para justificar a atribuição de um papel histórico à sociologia, como técnica social capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade – não no sentido que Mannheim dava a esses termos, mas no sentido atribuído pelos sociólogos brasileiros às tendências tradicionais e modernas” (VILLAS BÓAS, 2006, p. 126). “[...] As leituras brasileiras do autor, naquela época, processam um “ajuste” de suas idéias que elimina o foco histórico e político de suas reflexões para selecionarem questões teóricas e metodológicas que tratavam fosse da relação entre prática e teoria no campo da ciência social, fosse da crítica aos limites das idéias, inclusive da própria sociologia. No Brasil, as idéias de Mannheim não foram privilegiadas na construção de um quadro teórico no qual devessem se inserir os levantamentos e as pesquisas empíricas que tratavam da transição tradicional/moderno. Além disso elas não foram relevantes para legitimar a sociologia como disciplina e formar bases da discussão sobre seu objeto e seu método. Tampouco provocaram a realização de programa ou projeto de pesquisa. As idéias de Mannheim serviram para justificar uma correspondência entre fazer ciência e fazer história, intervir na realidade e transplantar um estilo de vida moderno para o Brasil (VILLAS BÓAS, 2006, p. 128-129)

científica, aliada e submetida a determinados conhecimentos produzidos pelas ciências sociais, ao invés de abandonada ao controle de grupos sociais diversos, pois seu objeto seria o “estudo científico das esferas da realidade social em processo de devenir e do tipo correlato e característico de condutas nela observado. A política deve extrair as forças sociais em efervescência algo que apresente um caráter duradouro” (FERNANDES, 1970, p. 225).

De acordo com Mannheim (1968), a política seria atividade capaz de instituir o novo e se tornar duradoura em face das forças sociais não controladas pelos sujeitos. Ela estaria relacionada a questões ainda não submetidas ao processo de racionalização próprio à situação histórica moderna, sendo tomada de decisões acerca de problemas ainda não racionalizados nem regulamentados e tampouco rotinizados pela conduta administrativa, seu objeto seriam forças irracionais e problemas sociais não organizados pela ação humana.

Enquanto os *atos regulares* – submetidos a regras e processos formais de reprodução constante – estariam intimamente conectados à administração em um quadro racional estabelecido, os *atos novos* surgidos no processo social e não controlados (irracionais) seriam objeto de uma racionalização levada a cabo pela política, entendida como criação, organização e controle. Desse modo, a política é concebida por Mannheim (1968) como uma esfera na qual os aspectos irracionais de uma determinada situação histórica social seriam submetidos a um controle racional, isso por meio de uma atividade que inauguraria algo novo enquanto atividade criadora que se esforça por manter sua criação, de maneira a torná-la duradoura.

Conforme a apreciação de Fernandes (1970), para Mannheim, a ciência política contribuiria com conhecimentos práticos capazes de submeter o ímpeto do elemento irracional ao controle social e racional, ela possibilitaria o conhecimento do presente e sua transformação conforme o sentido socialmente desejável. Reduzindo ou convertendo-na em sociologia política, Mannheim não compreenderia a política através de normas e fins, mas pela sua função de fornecer meios racionais de conduta para acentuar ou provocar mudanças sociais. Ela orientaria a ação a partir de um ponto de vista mais amplo e por meio de decisões crivadas pelo manejo da ideologia em seu sentido total, enquanto compreensão das produções intelectivas em face da “situação concreta” que tornou possível seus interesses, o que adentraria no âmbito da sociologia do conhecimento proposta pelo autor, subjacente aos seus propósitos políticos.

Porém, conforme observa Fernandes (1970), os esforços de racionalizar os aspectos

irracionais da organização social seriam desiguais entre as diversas camadas da sociedade, constituindo-se em soluções parciais e relativas aos interesses dos grupos em questão, o que manteria resíduos irracionais apesar das transformações e inovações obtidas. Mannheim (1968) observa que tanto as decisões políticas como o ponto de vista político estão imbricados no conhecimento político, ambos reuniram o interesse, a valorização e a concepção de mundo na explicação científica do político. Ele almejava uma ciência ou sociologia política que fosse capaz de dar respostas aos anseios e demandas de toda sociedade, apesar das divisões e hierarquias existentes entre grupos e classes sociais, tratava-se de uma ciência representante do conjunto social.

Mannheim (1968) almejou fundar uma sociologia política na qual fosse possível esclarecer os interesses e o pensamento político dos sujeitos através de uma reflexão sobre sua posição e seu papel na estrutura social geral, criando uma conexão entre juízos e decisões com o ponto de vista dos indivíduos e os diversos pontos de vista estariam vinculados ao processo social, em consonância aos interesses e às posições ocupadas por todos indivíduos na estrutura da sociedade.

OS DETERMINANTES POLÍTICOS E SOCIAIS DO CONHECIMENTO POLÍTICO

Ao indagar o modo pelo qual as idéias políticas engendrariam a prática dos movimentos históricos-políticos, Mannheim (1968) tem como pressuposto o fato de que as idéias políticas estariam em conexão aos interesses sociais dos movimentos políticos, à posição social e política dos portadores de tais formulações, estando estas também condicionadas. Embora analise cinco movimentos políticos como tipos ideais⁴, o autor agrupa-os em pólos opostos e revela que, apesar das diferenças existentes, eles possuiriam caracteres comuns. Submetendo-os à concepção de ideologia extraída do pensamento político marxista, uma das correntes políticas consideradas, Mannheim relaciona os diversos pontos de vista a determinadas *situações* históricas e sociais das quais derivariam as diferentes visões de mundo e estilos de pensamento. As posições ocupadas pelo indivíduo na sociedade e em seu grupo político particular estariam implícitas nessas formas de pensamento político.

⁴ Os cinco tipos ideais representantes dos movimentos políticos e sociais dos séculos XIX e XX estudados por Mannheim (1968) seriam: 1- conservantismo burocrático; 2- historicismo conservador; 3- pensamento liberal-democrático burguês; 4- concepção socialista-comunista; 5- fascismo.

Tais premissas levam-no a concluir que os movimentos políticos analisados enxergariam na totalidade histórica e social somente aquilo que estivesse orientado pelos seus propósitos e interesses sociais, representando forças coletivas, interesses e poderes dos grupos. Ele demonstra que a diversidade de perspectivas contidas no pensamento político seriam diferenças de orientações fundamentais, de avaliações, de conteúdo das idéias e, principalmente, diferenças na maneira pela qual os problemas estariam formulados e o estilo que se valeriam para apresentá-los, estando tais distinções referenciadas à diversidade de posições sociais.

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: AUTOCRÍTICA DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA

Distinguindo lógica e política, o autor (1968) propõe uma sociologia do conhecimento capaz de desvelar a função assumida pelo pensamento na vida pública como meio de ação coletiva. A importância do conhecimento social derivaria da necessidade de intervenção reguladora da própria sociedade. A compreensão de todo pensamento seria também a compreensão de suas origens sociais, ou seja, de seus condicionantes extrateóricos, de uma *situação* histórico-social a partir da qual certos grupos elaborariam um estilo particular de pensamento dada sua posição comum. Ao estabelecer a conexão entre pensamento e suas bases histórico-sociais, Mannheim (1968) tinha em vista a possibilidade de orientar cientificamente a vida política, ele buscava elementos técnicos passíveis de dominar as convulsões sociais do mundo moderno, bem como meios através dos quais fosse possível intervir direta e conscientemente na vida social⁵.

⁵ A publicação de *Ideologia e Utopia* é de 1929, período no qual a ascensão nazista ia conquistando hegemonia, mediante uma crise internacional do capitalismo (Crash de 1929), de todo um contexto histórico específico, cujas disputas ideológicas expressaram diferentes projetos de sociedade e de imperialismos, culminando nos conflitos reais que adviriam. Conforme Lowy (1996), até 1929 haveria uma presença marcante do historicismo (Georg Simmel, Ernest Troeltsch) e do marxismo (Georg Lukács) nas formulações de Mannheim, mas, a partir de 1930, o autor se aproximaria de Max Weber em relação ao problema da objetividade do conhecimento produzido nas ciências sociais e a necessidade de autocontrole científico. A tomada do poder pelos nazistas forçou Mannheim a fugir para Inglaterra em 1933, país que bem recebeu suas idéias da “auto-análise crítica”. Nesse período que vai até sua morte em 1947, Lowy (1996) se refere a ele como um “semipositivista” em “adaptação” ao país que o acolheu. Villas Boas (2006), comenta que a tradução e recepção das obras de Mannheim em língua inglesa suscitaram questões próprias da tradição anglo-saxônica, adequando-se ao pensamento pragmático americano, ao questionamento crítico da neutralidade científica e da objetividade.

Segundo Ringer (2000), a sociologia do conhecimento de Mannheim estaria fundada na tese de que todas as teorias e fenômenos culturais deveriam ser vistos em seu contexto histórico e social, pois as idéias se criariam a partir de determinadas “situações”, havendo uma correlação entre conhecimento e existência (pensamento e ser). A “concepção total de ideologia⁶” se fundaria no fato de que o pensamento de todo e qualquer indivíduo estaria afetado por sua situação. No sentido restrito, *ideologia* seria uma visão condicionada pela situação do sujeito, enquanto *utopia* seria um tipo de ideologia cujas condições do presente seriam orientadas e julgadas pelas de um futuro almejado. Ao conceito de situação, o autor afirma que por vezes Mannheim imprimiria um caráter marxista de classes sociais, outrora, atribuí-lhe o sentido das condições de um grupo, em termos de gerações, grupos de status, seitas, grupos profissionais, escolas, etc.

Em Mannheim (1969) a *weltanschauung* se configura em termos de valores e propósitos para com a existência e o mundo, pois toda interpretação seria ativa e envolveria disposições do sujeito para com seu objeto. Esta sociologia do conhecimento nutriria a tese de que haveria fundamentos pré-teóricos subjacentes ao conhecimento, relacionados à contextura histórica, de modo que todos os “motivos culturais de uma época estavam relacionados entre si num contexto sublógico” (RINGER, 2000, p.392), e a totalidade seria um substrato último a ser alcançado pela síntese das diversas perspectivas.

Considerando a parcialidade e a limitação dos movimentos e das idéias políticas, Mannheim se vê em face de três atitudes em relação a isto. A primeira seria um “perigoso” relativismo capaz de negar a compreensão da totalidade social proposta por ele mesmo. Enquanto isso haveria também a possibilidade de se criar uma “equação social” por meio de um conhecimento despojado de fatores valorativos, desvinculado dos interesses individuais numa esfera formal ou “supra-histórica” que seria capaz de se constituir pelo emprego de axiomas e categorias unívocas e não valorativas, como que para atingir uma objetividade factual.

Finalmente, uma terceira abordagem seria sua proposta. Nela a vontade e os interesses dos indivíduos seriam fundamentais para se obter um

⁶ Michel Lowy (1996) adverte: “Parece-nos que o melhor conceito para designar o que Mannheim chama de “a ideologia total”, quer dizer, a perspectiva de conjunto, a estrutura categorial, o estilo de pensamento socialmente condicionado – que pode ser ideológico ou utópico –, é o de visão social de mundo [...]. Utilizar, como o faz Mannheim, o termo “ideologia total” para esta função conceitual só faz gerar confusão na medida em que se vê atribuir à mesma palavra dois sentidos em nada idênticos [...]” (LOWY, 1996, p.12)

ponto de vista geral e compreensivo através da clarificação destes fatores inconscientes. A síntese dinâmica, mediação intelectual de diversas perspectivas, seria uma tarefa deliberada da *intelligentia*, que suspenderia as decisões políticas em prol de uma ampliação de conhecimentos, por meio dos quais haveria mais eficácia na deliberação concernente ao todo social. A liberdade desta atitude estaria assegurada pela autocompreensão dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais acerca de seus propósitos a partir de um exame autocrítico.

PERSPECTIVISMO E SÍNTESE DIALÉTICA.

Denominado de perspectivista e relacionista⁷ por Ringer (2000), Mannheim seria um dos arautos da concepção de que a “verdade em si” poderia ser comparada com a “coisa em si”, embora esta não fosse conhecida de fato, mas passível de ser referida pelo entendimento dos indivíduos e se chegar ao verossímil somando perspectivas do objeto. Nesse sentido toda ideologia ou perspectiva condicionada pela situação histórica seria uma perspectiva da realidade ou verdade, e, quando novos pontos de vista fossem agregados a essa realidade, aumentar-se-ia o entendimento da mesma. Essa concepção substitui o ideal de verdade em si pelo ideal de conhecimento como produto sinfônico de diversas perspectivas possíveis, pois a própria atividade de conhecimento abrangeria apenas determinados traços parciais do real e a síntese dinâmica das perspectivas providas possibilitaria uma aproximação maior com a totalidade.

[...] o conhecimento é, desde o primeiro momento, um processo cooperativo de vida de grupo, no qual cada pessoa desdobra seu conhecimento no interior do quadro de um destino comum, de uma atividade comum e da superação de dificuldades comuns (em que, entretanto, cada um enfrenta-se com uma parte diferente). Em conformidade com isso, os produtos do processo cognitivo já estão, pelo menos em parte, diferenciados, porque nem todos os aspectos possíveis do mundo se acham ao alcance dos membros de um grupo, mas apenas aqueles de que surgem dificuldades e problemas para o grupo. E mesmo esse mundo comum (não partilhado da mesma forma por quaisquer outros grupos estranhos) aparece diferentemente aos grupos subordinados dentro de um grupo maior. Aparece diferentemente porque os grupos e estratos subordinados numa sociedade funcionalmente diferenciada têm uma abordagem experimental

⁷ Isto é, em sua epistemologia Mannheim acreditava na existência de uma única realidade na qual os indivíduos a conheciam ou representavam-na parcialmente, ao contrário do relativismo, sua concepção não concebe tantas realidades quantas percepções da mesma.

diferente em relação aos conteúdos comuns dos objetos de seu mundo. No domínio intelectual sobre os problemas da vida, cabem a cada um segmentos diferentes, com os quais cada um lida bastante diferentemente, de acordo com seus interesses vitais. (MANNHEIM, 1968, p. 56).

Mediante um real inexaurível, a própria apreensão política das coisas também estaria comprometida pela parcialidade, pois os diversos pontos de vista e ações políticas estariam vinculados ao processo social, em consonância aos interesses e às posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura da sociedade⁸.

Após esse itinerário em que foi exposta a concepção peculiar de política do autor, bem como sua problematização do assunto por meio das contribuições de sua sociologia do conhecimento, é preciso ver agora o modo como ele se presta à resolução do problema criado para escapar do relativismo. Aí, então, ter-se-á um Mannheim bastante criticado por uma certa singeleza, pois chegou a crer na possibilidade de indivíduos de visões mutuamente semelhantes serem capazes de corrigir seus erros, como se não bastasse, isso valeria também para estabelecer um consenso entre adversários ideológicos, de tal maneira que as discordâncias em torno de detalhes fossem eliminadas, restando apenas a diferença fundamental de interpretação e perspectiva. Isso é o que o autor chamou de “síntese dinâmica”.

Conforme Fernandes (1970), ao falar de uma perspectiva histórica social total ou de uma “síntese dialética”, Mannheim referia-se a sua própria teoria, destinada a acentuação ou provocação de mudanças na sociedade, ainda que fossem reformas locais, poderíamos dizer. Sua proposta de síntese não seria uma somatória de pontos de vista parciais nem tampouco à sistematização das verdades de cada ideologia. As sínteses seriam também relativas e parciais, como os diferentes conhecimentos, em virtude de suas próprias condições de efetivação no processo social.

Para Fernandes (1970), a síntese proposta por Mannheim ofereceria uma visão mais completa possível de uma dada situação, incorporando posições anteriores do mesmo problema que não fora sanado. Haveria uma conexão entre as diversas sínteses no tempo histórico, no processo social e cada síntese em face das demais seria uma etapa

⁸ “A divergência das teorias políticas deve-se sobretudo ao fato de que as diferentes posições e pontos sociais vantajosos, ao emergirem na corrente da vida social, habilitam cada indivíduo a reconhecer, do ponto de observação particular que ocupa naquela corrente, a própria corrente. Assim, em diferentes épocas, emergem interesses sociais elementares diferentes e, em consonância, diferentes objetos de atenção, na estrutura total, são iluminados e vistos como se fossem os únicos existentes” (MANNHEIM, 1968, p.176).

necessária: cada qual seria mais compreensiva que a anterior por abranger seus resultados. Mannheim (1968), afirma que o conteúdo e as bases do pensamento, seu estilo, seriam passíveis de serem postos e dispostos em uma totalidade que os complementassem.

A INTELLIGENTSIA OU PORTADORES DA SÍNTESE

Ao indagar o grupo de indivíduos que fosse capaz de realizar a síntese das demandas sociais e representar os interesses coletivos, independentemente da pluralidade de interesses e dos conflitos engendrados, Mannheim (1968) percebe que os portadores da síntese não poderiam pertencer a uma determinada classe social no processo produtivo, pois seus interesses se manteriam presentes. Por meio de uma análise histórica, Mannheim encontra nos intelectuais tal estrato social que não possuiria uma situação demasiado rígida na ordem social, constituindo-se enquanto grupo relativamente livre de tais determinações. Segundo o autor (1968), o advento da modernidade estaria entrelaçado também a fatores intelectuais que possibilitaram uma multiplicidade de modos de pensar, ao analisá-los, ele deteve-se ao estudo de grupos sociais cuja tarefa seria a sistematização e interpretação do mundo, os quais ele utiliza a designação de Alfred Weber de “*intelligentsia* socialmente desvinculada”.

Segundo Mannheim (1968), em *sociedades estáticas* ou pouco diferenciadas a *intelligentsia* teria um *status* bastante definido como que na posição de uma casta. Neste caso, a *intelligentsia* possuiria um controle monopolístico acerca da visão de mundo existente na sociedade, reordenando e reconciliando-na a fim de manter seu poder e sua posição. Isso seria duplamente condicionado pela sua organização em castas e pelo monopólio das ideias, primeiro por representar uma coletividade expressiva ela tenderia ao dogmatismo de suas concepções e coerção de visões alheias, tal como se fosse representante de uma sociedade com acentuada concentração de poder. Segundo, sua especificidade não adviria de preocupações derivadas de problemas cotidianos, mas de uma necessidade de sistematização de interpretações de mundo advindas da religião e de premissas tradicionais, e os antagonismos provenientes de tais discussões revelariam posições de poder numa mesma estrutura social.

Com a ruptura do monopólio de interpretação eclesial de mundo mantida por uma classe sacerdotal fechada e bem organizada na instituição da igreja católica, a modernidade se singularizaria pela existência de uma “*intelligentsia* livre”, cuja característica central seria “a de ser

recrutada, de modo cada vez mais freqüente, em estratos e situações de vida constantemente variáveis, e de seu modo de pensamento não estar mais sujeito a ser regulado por uma organização do tipo casta” (MANNHEIM, 1968, p.39). A ausência de uma organização própria teria possibilitado a livre competição entre produtos intelectuais pelo seu público e pela adesão às suas idéias, ou seja, haveria pluralidade e competição entre modos de pensar e experimentar o mundo. O desmonte da visão de mundo eclesial teria engendrado uma problematização de seus pensamentos, destruindo a posição social de seus antigos produtores, o que tornaria o intelectual não mais membro de uma casta ou grupo.

A *intelligentsia* teria sua “homogeneidade” rompida, constituindo-se pela heterogeneidade na sua composição, e seu recrutamento social lhe conferiria uma importante propriedade, tamanha seria a diferenciação existente nesse grupo de indivíduos, capaz até de inibir ou impossibilitar sua configuração enquanto classe social no sentido econômico e político do termo. Apenas a unidade relacionada ao elevado nível de formação (*bildung*) poderia lhes servir de parâmetro sociológico de imputação homogênea. Desse modo, o nível cultural dos indivíduos na sociedade moderna não mais estaria em conexão direta com uma classe social determinada e, por outro lado, isso não suprimiria por completo os laços de classe e de *status* dos intelectuais⁹. Embora mantivessem a multiplicidade de determinações sociais, a *intelligentsia* se constituiria em grupo homogêneo pelo nível de sua formação cultural, sua fecundidade seria auferida de tendências e pressões opostas absorvidas na realidade social por eles.

No caos dos antagonismos sociais de que faz parte, a *intelligentsia* estaria destinada a uma compreensão tão abrangente quanto possível da *situação* histórico-social, afirmando seus interesses correspondentes. Ao ter consciência de sua posição privilegiada na estrutura social e da necessidade das atividades a ela relacionadas, seria possível uma orientação política criadora no pensamento intelectual. Embora dois caminhos se desdobrassem¹⁰, caberia à *intelligentsia* uma atitude de

⁹ “Por isso os intelectuais revelam certa instabilidade social, podendo escolher voluntariamente entre as classes sociais em conflito; ou tomar posição em face do conflito após uma séria análise dos seus próprios laços sociais e da missão social neles implícita” (FERNANDES, 1970, p. 269).

¹⁰ Conforme Lowy, [...] “1. A adesão a uma das classes em luta, processo habitual através do qual a *intelligentsia* fornece os ideólogos (no sentido amplo) tanto aos conservadores quanto aos liberais e ao proletariado. 2. A tomada de consciência de sua própria missão, de “sua predestinação a se tornar o advogado dos interesses espirituais do total social”. É evidente nesta segunda opção que se encontra de acordo com ele a solução para o problema da maximização do conhecimento social e político” (LOWY, 1996, p. 87).

síntese política e social que levasse em consideração três atitudes:

[...] 1) os resultados da investigação sociológica vinculam o cientista a determinados interesses coletivos, sujeitos, não obstante, a seu controle explícito e consciente; 2) a consciência da necessidade de submeter assuntos irracionais da sociedade a controle racional, implica o restabelecimento de relação orgânica entre sujeito e objeto. A investigação científica torna-se parte da situação total, dependendo da consciência dos propósitos (valoração), a validade e eficiência do conhecimento obtido; 3) a "síntese mais completa das tendências de uma época" apresenta-se como uma compreensiva concepção real de situações histórico-sociais. Assim, estabelece-se correspondência entre o pensamento político e o conhecimento científico do político; e a política como ciência só se coloca questões a que pode responder (FERNANDES, 1970, P.206).

No pensamento de Mannheim (1968) enquanto os indivíduos comuns seriam homogeneamente determinados pela situação social imediata correspondente a ideologia total e ao grupo ou classe no qual fazem parte, os intelectuais se constituiriam em um grupo de indivíduos caracterizados pela heterogeneidade de sua composição social e por uma formação cultural que os tornariam homogêneos – independentemente sua origem ou classe social – e absorveria tendências opostas da sociedade, permitindo reflexão nas tomadas de posição, em virtude da multiplicidade de elementos componentes em seu horizonte intelectual. Na própria atividade intrínseca à função do intelectual estaria a possibilidade de uma mediação eclética dos interesses sociais junto às decisões políticas.

A *intelligentsia* enquanto um estrato relativamente desvinculado de sua classe e situado entre as diversas classes resumiria os interesses existentes na totalidade social. Potencialmente, poderiam assimilar o ponto de vista e a concepção do todo, elaborando uma compreensão da situação total a fim de preparar o caminho para as tomadas de posição ou para as decisões políticas. Mannheim (1968) encontrou nos intelectuais o grupo particular da sociedade capaz de se elevar acima de uma perspectiva isolada, por meio do fenômeno da heterogeneidade social de sua composição, da formação intelectual, da não participação no processo produtivo e da instabilidade ou "flutuação" de sua posição social permitiriam uma visão panorâmica e síntese global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS¹¹

¹¹ Para um julgamento ou críticas da obra de Mannheim ver: LOWY, M. As aventuras do Barão de Munchhausen. São Paulo: Cortez editora, 1999; Lukacs, G. El asalto a la razon : la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México : Fondo de Cultura Económica, 1959; MARCUSE, H.

Conforme atestou Villas Boas (2006), a publicação de *Ideologia e Utopia* teve recepções distintas nas tradições intelectuais anglo-saxônica, alemã e brasileira, cada qual enfatizando aspectos diversos do livro, cuja apropriação revelaria muito sobre essas tradições nacionais do pensamento social. No Brasil, a recepção de Mannheim coincidiu à institucionalização das ciências sociais e à construção de uma sociedade moderna. Autores como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos interpretaram Mannheim à luz das necessidades sociais daquele momento, seja pelo uso de técnicas racionais a fim de se construir uma "mudança provocada" e mediada pelos conhecimentos das ciências sociais, seja pela crítica do transplante de um estilo de vida e das teorias estrangeiras. Este artigo também tende a se inserir num tal horizonte interpretativo, principalmente ao fazer uso das considerações de Florestan Fernandes sobre o sociólogo húngaro em questão.

Ao propormos a presente reflexão, buscamos elucidar as implicações da sociologia do conhecimento na concepção de política do autor, bem como a solução eclética encontrada para os impasses do relativismo. Tal solução teria seu fundamento social na *intelligentsia*, nos intelectuais. Propondo uma relação íntima entre análises sociais e tomadas de decisões políticas, Mannheim sugere a aproximação dos intelectuais ao poder em benefício dos interesses sociais.

Finalmente, o autor compreende a política num sentido teórico e prático – de compreensão acerca de problemas ainda não racionalizados nem regulamentados nem rotinizados pela conduta administrativa – e de atuação capaz de instituir o novo e se tornar duradoura em face das forças sociais não controladas pelos sujeitos. Ela lidaria com forças irracionais e problemas sociais não organizados pela ação humana. É simultaneamente conhecimento e ação, mas deveria estar submetida aos conhecimentos produzidos pelas CS, conforme a interpretação de Florestan Fernandes (1970). Mannheim almejou fundar uma sociologia política na qual fosse possível esclarecer os interesses e o pensamento político dos sujeitos através de uma reflexão sobre sua posição e seu papel na estrutura social geral, criando uma conexão entre juízos e decisões com o ponto de vista dos indivíduos e os diversos pontos de vista estariam vinculados ao

"Zur Wahrheitsproblematik der soziologischen Methode" in Die Gesellschaft, 5 (1929), 10, pp. 356-370; HORKHEIMER, M. Ein Neue Ideologie Begriff? Archiv fuer die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung. Bd. XV, H; ADORNO, T. Prisma. La crítica de la cultura y la sociedad. Barcelona: ediciones Ariel, 1962; ELIAS, N. Norbert Elias por ele mesmo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. As obras que não constam nas referências foram informadas pelos intérpretes de Mannheim utilizados.

processo social, em consonância aos interesses e às posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura da sociedade.

A compreensão de todo pensamento seria também a compreensão de suas origens sociais, ou seja, de seus condicionantes extrateóricos, de uma *situação* histórico-social a partir da qual certos grupos elaborariam um estilo particular de pensamento dada sua posição comum. A “concepção total de ideologia” se fundaria no fato de que o pensamento de todo e qualquer indivíduo estaria afetado por sua situação. No sentido restrito, *ideologia* seria uma visão condicionada pela situação do sujeito, enquanto *utopia* seria um tipo de ideologia cujas condições do presente seriam orientadas e julgadas pelas de um futuro almejado.

As idéias políticas estariam em conexão aos interesses sociais dos movimentos políticos: à posição social e política dos portadores de tais formulações, estando estas também condicionadas. A importância do conhecimento social derivaria da necessidade de intervenção reguladora da própria sociedade. Mannheim tinha em vista a possibilidade de orientar cientificamente a vida política.

A vontade e os interesses dos indivíduos seriam fundamentais para se obter um ponto de vista geral e compreensivo através da clarificação destes fatores inconscientes. A síntese dinâmica, mediação intelectual de diversas perspectivas seria tarefa deliberada da *intelligentsia*, que suspenderia as decisões políticas em prol de uma ampliação de conhecimentos, por meio dos quais haveria mais eficácia na deliberação concernente ao todo social.

Enfim, para Mannheim o conteúdo, as bases do pensamento e seu estilo seriam passíveis de serem postos e dispostos em uma totalidade que os complementassem. Mannheim percebe que os portadores da síntese não poderiam pertencer a uma determinada classe social, pois seus interesses se manteriam presentes. Por meio de sua análise histórica, Mannheim encontra nos intelectuais tal estrato social que não possuiria uma situação demasiado rígida na ordem social, constituindo-se enquanto grupo relativamente livre de tais determinações. O nível cultural dos indivíduos na sociedade moderna não mais estaria em conexão direta com uma classe social determinada e, por outro lado, isso não suprimiria por completo os laços de classe e de *status* dos intelectuais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESPI, F.; FORNARI, F. *Introdução à sociologia do conhecimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

DOMINGUES, I. *Epistemologia das Ciências Humanas*. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica:

Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FERNANDES, F. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. Anambi: São Paulo, 1958.

_____. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Editora da USP, 1970.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

FORACCHI, M. A. *Introdução*. In: MANNHEIM, K. Karl Mannheim: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982. p. 9-50

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe. Sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. In: _____. Os Pensadores (coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1973. (p.7-123).

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Karl Mannheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, K. ; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, G. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. In: RAMOS, G. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Andes, 1957. p.75-159.

RINGER, F. K. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: Edusp, 2000.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VILLAS BÔAS, G. *A Recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

¹Ricardo Ramos Shiota é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP - Campus de Marília.